CONSTRUTIVISMO E CONSTRUCIONISMO SOCIAL: DOMÍNIOS LINGUÍSTICOS DIFERENTES*

CONSTRUCTIVISM AND SOCIAL CONSTRUCTIONISM: DIFFERENT LINGUISTIC DOMAINS

CONSTRUCTIVISMO Y CONSTRUCCIONISMO SOCIAL: DIFERENTES DOMINIOS LINGÜÍSTICOS

MARIA JOSÉ ESTEVES DE VASCONCELLOS [1]

[1] *Consultora, Professora e Palestrante, Brasil.*

RESUMO: Este artigo permite responder a questões hoje muito pressentes entre profissionais e pesquisadores interessados pelo tema e em discursos contemporâneos que apontam diferenças e semelhanças entre Construtivismo e Construcionismo Social: Práticas construcionistas são o mesmo que práticas construtivistas? Práticas construcionistas são práticas sistêmicas? São práticas sistêmicas de 2ª Ordem? Práticas sistêmicas novo-paradigmáticas são o mesmo que práticas pós-modernas? Considerando que a noção de domínio linguístico decorre do reconhecimento da impossibilidade da objetividade – pressuposto assumido por construcionistas e construtivistas – e recorrendo a publicações recentes de autores construcionistas, o texto evidencia que construtivistas e construcionistas estão constituindo diferentes domínios linguísticos. Com o explícito movimento dos construcionistas em direção à Hermenêutica, à Filosofia, evidencia-se o domínio filosófico do construcionismo social, diferente do domínio científico do construtivismo. Cada um escolherá então em que domínio linguístico preferirá se mover, mantendo-se coerente com as noções do domínio escolhido, sem tentar levar noções de um para outro domínio linguístico.

PALAVRAS-CHAVE: construcionismo social, construtivismo, filosofia, hermenêutica, ciência, sistema, práticas pós-modernas, práticas sistêmicas novo-paradigmáticas, domínios linguísticos.

ABSTRACT: This article aims to address questions currently prevalent among professionals and researchers interested in the topic, as well as in contemporary discourses that highlight similarities and differences between Constructivism and Social Constructionism: Are constructionist practices the same as constructivist practices? Are constructionist practices systemic practices? Are they second-order systemic practices? Are new-paradigmatic systemic practices the same as postmodern practices? Considering that the notion of linguistic domain stems from the recognition of the impossibility of objectivity – an assumption made by constructionists and constructivists – and drawing on recent works by constructionist authors, this article shows that constructivists and constructionists are establishing different linguistic domains. With the explicit movement of constructionists toward Hermeneutics and Philosophy, the philosophical domain of social constructionism becomes evident, distinct from the scientific domain of constructivism. Each individual will then choose which linguistic domain they prefer to move within, remaining consistent with the notions of the chosen domain, without attempting to transfer notions from one linguistic domain to another.

KEYWORDS: social constructionism, constructivism, philosophy, hermeneutics, science, system, postmodern practices, new-paradigmatic systemic practices, linguistic domains.

* Esse texto foi preparado para compor meu livro *Metodologia de Atendimento Sistêmico. Design de Práticas Colaborativas Novo-Paradigmáticas* (2025).

https://www.doi.org/10.38034/nps.v35i84.922

RESUMEN: Este artículo busca responder a preguntas muy presentes actualmente entre profesionales e investigadores interesados en el tema, así como en los discursos contemporáneos que señalan las diferencias y similitudes entre el constructivismo y el construccionismo social: ¿Son las prácticas construccionistas lo mismo que las prácticas constructivistas? ¿Son las prácticas construccionistas prácticas sistémicas? ¿Son prácticas sistémicas de segundo orden? ¿Son las prácticas sistémicas nuevo-paradigmáticas lo mismo que las prácticas posmodernas? Considerando que la noción de dominio lingüístico surge del reconocimiento de la imposibilidad de la objetividad – un supuesto asumido por construccionistas y constructivistas– y apoyándose en publicaciones recientes de autores construccionistas, el artículo muestra que constructivistas y construccionistas están estableciendo dominios lingüísticos diferentes. Con el movimiento explícito de los construccionistas hacia la Hermenéutica y la Filosofía, se hace evidente el dominio filosófico del construccionismo social, distinto del dominio científico del constructivismo. Cada individuo elegirá entonces el dominio lingüístico en el que prefiera moverse, manteniéndose coherente con las nociones del dominio elegido, sin intentar transferir nociones de un dominio lingüístico a otro.

PALABRAS CLAVE: construccionismo social, constructivismo, filosofía, hermenéutica, ciencia, sistema, prácticas posmodernas, prácticas sistémicas nuevo-paradigmáticas, dominios lingüísticos.

Esse tema, Construtivismo e Construcionismo Social, tem estado muito presente já há algum tempo na área das ciências sociais e, em especial, nas áreas da saúde mental e da psicologia, motivo pelo qual considero importante abordá-lo aqui. Quando elaborei meu Quadro de Referência para compreendermos a mudança de paradigma no *domínio linguístico da Ciência*, apresentado em minha dissertação de mestrado em 1992 (Esteves de Vasconcellos, 1992; 1995c), associei tanto o Construtivismo quanto o Construcionismo Social ao terceiro pressuposto constituinte do novo paradigma da ciência, ou seja, ao reconhecimento da impossibilidade da objetividade e da consequente construção do conhecimento e do que tomamos como real em conversações, em espaços de *intersubjetividade*.

Naquele momento, encontrei Hoffman (1990) usando as expressões "visão pós-moderna" e "visão de 2ª Ordem"[1] para se referir às recentes posturas por ela adotadas sob a influência do "construtivismo" (de Von Foerster, de Von Glaserfeld, de Watzlawick, de Maturana e Varela) e da "teoria da construção social" (de Gergen, de Berger e Luckman, de Geertz, de Pearce), todos propondo uma revisão dos ideais de objetividade e passando da concepção de representação da realidade à concepção de construção da realidade. Segundo a autora, essa postura remete à inevitável participação do observador e enfatiza a possibilidade de percepção reflexiva da própria atuação por meio do "uso de uma lente sobre as lentes"[2]. Além disso, encontrei também Sluzki (1991) considerando que esses profissionais trabalham no domínio da linguagem, para o que ele usa a expressão "revolução construtivista" (Esteves de Vasconcellos, 1992; 1995c).

Destaquei o filósofo Wittgenstein, que se ocupou de questões referentes à linguagem e considerou que toda atividade filosófica que pretenda elucidar as estruturas linguísticas que apreendem a estrutura do mundo é uma atividade de 2º nível, uma metalinguagem, dizendo algo sobre a linguagem. Se, no *Tratactus* (1968), Wittgenstein afirmava que a estrutura da realidade determina a estrutura da linguagem, em *Investigações filosóficas* (1979) – publicado depois de sua morte – passa a sugerir o contrário, ou seja, que é por meio da linguagem que as coisas são vistas (Esteves de Vasconcellos, 1992; 1995c).

A partir de então, explicitei, por diversas vezes, minha compreensão de como construcionismo (Esteves de Vasconcellos, 1995a) e construtivismo (Esteves de Vasconcellos, 1997b) poderiam inserir-se no meu Quadro de Referência para a mudança de paradigma da ciência enquanto pressuposto epistemológico: a crença, a premissa ou o reconhecimento de que conversando vamos construindo o que tomamos como real ou verdadeiro. Em uma dessas ocasiões, abordei conjuntamente construtivismo e construcionismo social e dei, à minha apresentação – feita no *International Symposium on Autopoiesis: Biology, Cognition, Language and Society* (Esteves de Vasconcellos, 1997a) –, o título "Contextualizando as propostas construtivistas/construcionistas sociais no quadro da ciência novo-paradigmática", cujo texto está publicado em *The Journal of Systemic Consultation & Management* (Esteves de Vasconcellos, 1999).

Como preparação para participar do Painel "Construtivismo e psicoterapia familiar", de que participaria com Heinz von Foerster durante a Conferência "Construtivismo Sistêmico em Psicoterapia e Educação", em São Paulo em 1996 (Esteves de Vasconcellos, 1997b), procurei ver como diversos autores vinham falando de construtivismo e encontrei os seguintes termos seguidos do adjetivo construtivista(s): epistemologia, postura, pensamento, concepção, ponto de vista, postura epistemológica, paradigma, ideias, perspectiva, movimento, posição, abordagem, enfoque, modelo, teoria, prática, intervenção, trabalho, terapia, psicoterapia, escolas, imperativo ético. Encontrei também outras expressões usadas em referência ao construtivismo, embora sem usar a palavra construtivismo: ontogenetismo, "visão de 2ª Ordem", "modelo de 2ª Ordem",

1 Como já explicitei no texto "Uma narrativa sobre o desenvolvimento da Metodologia de Atendimento Sistêmico" (Esteves de Vasconcellos, 2025), reservo as expressões "de 1ª Ordem" e "de 2ª Ordem" para me referir às distinções entre: "mudança de 1ª Ordem" e "mudança de 2ª Ordem", "Interconstituição de 1ª Ordem" e "Interconstituição de 2ª Ordem", "Cibernética de 1ª Ordem" e "Cibernética de 2ª Ordem". Com referência ao pensamento, à epistemologia, às ideias, à postura, à visão do profissional que já assume o pressuposto da construção intersubjetiva do conhecimento (*intersubjetividade*), uso o adjetivo *novo-paradigmático*, distinguindo-o dos profissionais que são *sistêmicos*, mas só assumem os dois primeiros pressupostos do novo paradigma da ciência: os da *complexidade* e da *instabilidade* do mundo. Aqui, como estou citando autores que fazem essa distinção usando as expressões "de 1ª Ordem" (que chamo de *sistêmico*) e "de 2ª Ordem" (que chamo de *sistêmico novo-paradigmático*), mantenho entre aspas as expressões usadas por eles.

2 Interessante destacar que o título desse artigo de Hoffman (1990) é "Constructing realities: an art of lenses".

paradigma narrativo, práticas reflexivas, teoria das narrativas, prática social crítica, indagação da realidade, "terapia de 2ª Ordem", modelo pós-moderno. Apontei que, algumas vezes, o rótulo construtivista se associa a uma prática terapêutica, outras vezes, a uma teoria e, em outras ainda, a uma epistemologia. Segundo Sluzki (1991), foi von Foerster quem – com a Cibernética de 2ª Ordem – abriu as portas das terapias sistêmicas ao construtivismo, dando origem, então, às expressões "terapia construtivista", "psicoterapia construtivista", "terapia sistêmica de 2ª Ordem".

Naquele momento, essa multiplicidade de usos do termo construtivismo desencadeava muitos questionamentos. Quando eu falava para terapeutas de família de pensamento sistêmico, de construtivismo, de mudança de paradigma na ciência, as pessoas me perguntavam, por exemplo: o construtivismo é a epistemologia da teoria sistêmica? Ou a teoria sistêmica é a epistemologia do construtivismo? O construtivismo é o novo paradigma da terapia familiar? A terapia familiar deixou de ser sistêmico-cibernética para ser sistêmico-construtivista? Ao nos tornarmos construtivistas, estamos deixando de ser cibernéticos? Ao nos tornarmos construtivistas, estamos deixando de ser sistêmicos? Qual a diferença entre a abordagem sistêmica e o construtivismo? E, com menor frequência – uma vez que o construcionismo ainda não estava tão disseminado entre nós – aparecia também a questão que nos interessa aqui: qual a diferença entre construtivismo e construcionismo?

DIFERENÇAS ENTRE CONSTRUTIVISMO E CONSTRUCIONISMO SOCIAL

Diversos autores se dedicaram a apontar diferenças entre construtivismo e construcionismo social. Em seu livro *Sobre a reconstrução do significado: uma análise epistemológica e hermenêutica da prática clínica*, a psicóloga Marilene Grandesso faz uma cuidadosa e elaborada revisão sobre o tema do construtivismo, fazendo, como ela própria diz, um "recorte [...] restrito ao **campo da psicologia**" (2000, p. 58, grifo meu). Depois de percorrer os variados rótulos que diferentes autores têm usado para o construtivismo, propõe-se a analisar "os dois grandes grupos que se destacam – o Construtivismo (usado de forma genérica) e o Construcionismo Social". A autora distingue, tanto no construtivismo quanto no construcionismo social, uma tendência de colocar mais ênfase em suas diferenças do que em possíveis convergências.

Pakman (2003, p. 14, grifo meu) – autor que, por meio do livro *Las semillas de la cibernética: obras escogidas de Heinz von Foerster* (Pakman, 1991), organizou e apresentou aos latino-americanos os textos do importante construtivista Heinz von Foerster – aborda a questão dizendo que

> o Construtivismo, na sua forma cibernética de segunda ordem, e o Construcionismo Social, são dois movimentos nascidos à sombra do espírito pós-moderno. O primeiro, baseado principalmente no reconhecimento da impossibilidade de evitar a condição dependente de todo conhecimento, científico ou não, do observador participante; o segundo, baseado principalmente na tradição social, na linguística, na crítica literária nascida na **filosofia da linguagem** contemporânea, no pós-estruturalismo e no pós-marxismo. Congruente com suas origens, o construtivismo focalizou principalmente nas bases biológicas e nos processos cognitivos de nossas construções da realidade, enquanto o construcionismo social focalizou principalmente nas práticas discursivas e no papel da linguagem.

Em dois artigos intitulados, respectivamente, "Hacia donde va la terapia sistémica? Constructivismo y construccionismo social" (Elkaim, 1996) e "Construtivismo, construcionismo social e técnicas narrativas: limites da teoria sistêmica?", esse autor afirma que, segundo Gergen – autor de textos seminais do construcionismo social –,

> [...] o construtivismo está ligado ainda à tradição ocidental do individualismo, à medida em que descreve a construção do saber a partir de processos intrínsecos do indivíduo, enquanto o construcionismo social, ao contrário, volta-se para traçar as fontes da ação humana das relações sociais [e que] a construção do mundo não se situa no interior da mente do que observa, mas sim no interior das diversas formas de relação. (Elkaim, 1998, p. 229)

Elkaim (1998, p. 229) diz ainda que, para Gergen, partindo ambos construtivismo e construcionismo social do

> [...] pressuposto de que o saber é uma construção do espírito e recusando-se tanto um como o outro a definir o conhecimento como um reflexo fiel de uma realidade ou de um mundo independente de nós (concepção que era característica do modernismo), essas duas abordagens rejeitam o dualismo sujeito/objeto.

Esse autor destaca que as teorias do construcionismo social tomam impulso nos Estados Unidos, no ramo da **Psicologia**, na mesma década em que emergem as teses construtivistas, frase que eu complemento dizendo: com von Foerster na Cibernética e com Maturana na Biologia Experimental. Interessante ressaltar que os dois artigos de Elkaim têm no título uma pergunta sobre a teoria ou a terapia sistêmica, mas em nenhum dos dois ele responde ou se posiciona sobre o questionamento por ele mesmo formulado, limitando-se a apresentar um extenso inventário de posições/propostas de diferentes autores.

O próprio Gergen – reconhecido como importante expoente na literatura sobre o construcionismo social –, em duas publicações aborda a questão dessa diferença. No livro *Realidades y relaciones: aproximaciones a la construcción social*, ele fala que **os dois termos não são intercambiáveis** e que, visando-se à coerência e à clareza, convém manter essa distinção, e que "existe uma profunda e importante diferença nos contextos intelectuais em que esses termos vêm se nutrindo e em suas consequências epistemológicas e práticas" (Gergen, 1996, p. 92, grifo meu). No livro *Construcionismo social: um convite ao diálogo*, Gergen e Gergen (2010, p. 28) dizem que

> o termo "construtivismo" é frequentemente tomado como equivalente a "construcionismo". O construtivismo entende que o *locus* da construção do mundo está dentro da mente ou no interior do indivíduo. Embora existam certos pontos em comum entre este movimento e o construcionismo social, [...] no presente trabalho empregaremos exclusivamente o termo "construcionismo" para enfatizar a importância atribuída não aos indivíduos, mas às relações, como o *locus* da construção do mundo.

Já Anderson (1994, p. 35) – também renomada autora no tema do construcionismo social –, em entrevista concedida a Helena Braz, diante da pergunta sobre a diferença entre construtivismo e construcionismo social, diz que essa é uma questão complicada, mas que construtivista na área da terapia familiar, é ver como o indivíduo constrói

a realidade na sua cabeça, é o que o indivíduo faz. Construcionismo social é mais na direção de uma realidade criada entre duas pessoas, não é criada por uma pessoa na sua própria cabeça. A atividade é muito mais interpessoal do que pessoal. Esta é uma descrição simples em termos das diferenças.

PREOCUPAÇÕES COM A FRAGMENTAÇÃO

Alguns autores têm manifestado preocupação com essa fragmentação construtivismo/construcionismo social, sugerindo possibilidades de articulação entre ambos. Em 1995, aconteceu em São Paulo a "Conferência Desenvolvimentos em Psicoterapia Familiar". No painel que participei com Paul Watzlawick, Cloé Madanes, Lynn Hoffman e Adela García, abordei o tema "Os novos conceitos-chave em psicoterapia familiar" (Esteves de Vasconcellos, 1995b). Nesse painel, falando sobre "Desenvolvimentos em terapia familiar", Watzlawick dizia de sua dificuldade em compreender a preocupação de alguns em estar sempre falando das diferenças entre construtivismo radical e construcionismo social, uma vez que há um pressuposto epistemológico que é comum. Grandesso (2000, p. 111-112), depois de apontar a tendência tanto do construtivismo quanto do construcionismo de colocarem mais ênfase nas diferenças do que em possíveis convergências, sugere que:

> [...] o atual panorama nos campos do construtivismo e do construcionismo representa um momento de transição para uma nova síntese que possa favorecer a convivência entre as diferenças, enquanto condizentes e coerentes com uma metateoria unificadora. [...] Uma grande vantagem de um intercâmbio entre distintos grupos construtivistas e construcionistas sociais pode ser o favorecimento dessa evolução à medida que, fomentando conversações dialógicas, desencorajaria os dogmatismos e as intolerâncias a favor de uma postura solidária e ética.

Segundo essa autora, essas duas correntes têm sido definidas como propostas epistemológicas distintas, e há autores reconhecendo "**uma metateoria construtivista para a psicologia**, que pudesse incluir os diferentes tipos de construtivismo, geralmente encontrados na literatura da área, inclusive o construcionismo social" (Grandesso, 2000, p. 95, grifo meu). Também eu, em todas as minhas apresentações anteriormente referidas, manifestei minha preocupação com o fato de estarem alguns autores sempre apontando as diferenças entre construtivismo e construcionismo, o que poderia conduzir-nos de volta à compartimentação e à fragmentação, próprias da ciência tradicional, mas também expressei esperança de, tendo assumido o pensamento sistêmico, podermos focar as relações e trabalhar em favor da articulação. Enfatizando o aspecto epistemológico, pontuei que, quando falamos de construtivismo, estamos referindo-nos a um dos pressupostos epistemológicos do cientista novo-paradigmático[3], o reconhecimento de que – dada a impossibilidade de nos referirmos objetivamente, seja ao mundo físico, seja ao mundo biológico, seja ao mundo social – conversando construímos intersubjetivamente o que vamos tomar como "real" ou como "conhecimento verdadeiro".

Em artigo em que abordei a questão da dicotomia terapia familiar sistêmica/terapia familiar narrativista – questão presente entre terapeutas de família –, além de apontar o risco de fragmentação ao se contrapor a terapia familiar sistêmica (tomada como construtivista) a uma terapia familiar narrativista (tomada como construcionista), afirmei que qualquer profissional sistêmico novo-paradigmático será, em termos

3 Vê-se o texto "Pensamento Sistêmico Novo-Paradigmático: novo-paradigmático por quê?", no livro *Metodologia de Atendimento Sistêmico. Design de práticas colaborativas novo-paradigmáticas* (Esteves de Vasconcellos, 2025).

epistemológicos, necessariamente construtivista/construcionista/narrativista (Esteves de Vasconcellos, 2004). Pakman (2003) parece minimizar a importância da diferença entre construtivismo e construcionismo, quando considera que se trata de linhas ou tendências dentro do construtivismo que se distinguem por colocar o acento ou no biológico ou no social. Entretanto, pergunto: para colocar o acento no social seria preciso negar o biológico? Uma diferença de acento seria suficiente para dar origem a teorias e práticas diferentes e incompatíveis? Aqui, não pretendo minimizar as diferenças entre construtivismo e construcionismo social, mas propor uma forma de compreendê-las, diferente das abordagens que vimos até aqui.

REPENSANDO A DIFERENÇA ENTRE CONSTRUTIVISMO E CONSTRUCIONISMO SOCIAL

Antes de apresentar minha proposta de compreensão da diferença entre construtivismo e construcionismo social, vou comentar as afirmações anteriormente explicitadas sobre essa diferença. Parece não haver dúvida de que tanto o construtivismo quanto o construcionismo social partem do reconhecimento da impossibilidade de falarmos objetivamente sobre um mundo independente de nós e da consequente construção de todo o conhecimento por nós, o que é apontado como um ponto comum entre ambos. Os diversos autores caracterizam, contudo, o construtivismo por um lado e, por outro, o construcionismo social. Vejamos, então, resumidamente, como são caracterizados um e outro.

Sobre o construtivismo, afirma-se que ele focalizou, principalmente, as bases biológicas e os processos cognitivos de nossas construções da realidade, ficando preso à tradição ocidental do individualismo e descrevendo a construção do saber a partir de processos intrínsecos do indivíduo. Afirma-se que o construtivismo entende que o *locus* da construção do mundo está dentro da mente ou no interior do indivíduo, o qual constrói a realidade na sua cabeça (acento no biológico).

Sobre o construcionismo social, afirma-se que ele focalizou, principalmente, as práticas discursivas e o papel da linguagem nas nossas construções da realidade, baseado, especialmente, na tradição social, na linguística, na crítica literária nascida na filosofia da linguagem contemporânea, no pós-estruturalismo e no pós-marxismo, descrevendo a construção do saber a partir das relações. Afirma-se que o *locus* da construção do mundo está no interior das diversas formas de relação, sendo a realidade criada entre as pessoas (acento no social).

De fato, a pergunta epistemológica – como conhecemos o mundo? – há muito vinha ocupando os filósofos e motivando diversas *teorias filosóficas sobre o conhecimento* (empirismo, idealismo, fenomenologia, hermenêutica, ...). A questão de como são inventadas (ou construídas) as realidades – sejam elas científicas, culturais, familiares ou individuais – vinha sendo uma preocupação dos filósofos desde a Antiguidade e, passando por Giambattista Vico e outros, chega a Wittgenstein (1979), que a coloca em suas *Investigações filosóficas*[4]. Entretanto, só depois que cientistas – como o ciberneticista, biofísico e biomatemático von Foerster, e como os biólogos Maturana e Varela – abordaram a questão epistemológica em seus laboratórios e demonstraram a impossibilidade da objetividade[5], afastando também o fantasma do solipsismo[6], é que o novo pressuposto epistemológico da construção intersubjetiva do conhecimento atingiu efetivamente a Ciência.

Para responder à pergunta "Como os seres vivos conhecem o mundo", pesquisas sobre os mecanismos neurofisiológicos, desenvolvidas por Maturana e Varela (1995) em laboratórios de pesquisa biológica, deram origem à Teoria da Autopoiese – uma teoria sobre o funcionamento dos seres vivos. A partir daí, a Ciência passou a dispor de uma *teoria científica sobre o observador*, ou seja, uma *teoria científica sobre o*

4 Interessante lembrar que, bem antes, em 1921, o mesmo filósofo Wittgenstein tinha publicado o Tratactus logico-philosophicus, constituinte da Filosofia da Linguagem, em que, conforme o pensamento tradicional, ele afirmava que as proposições científicas devem refletir especulativamente as realidades a que se referem.

5 O fato de a ciência passar a abordar a questão do conhecimento inclusive motivou o comentário de que a ciência "nada mais fez do que sequestrar a epistemologia, saqueando a filosofia" (Strathern, 1998, p. 84).

6 Solipsismo (em latim *solus* = só e *ipso* = eu mesmo) se refere à situação em que cada indivíduo ficaria como sua própria e única referência.

conhecimento. Essas pesquisas nos mostram como adquirimos conhecimento sendo seres biológicos humanos, sendo seres vivos que têm como característica fundamental o fechamento operacional do sistema nervoso. Sendo operacionalmente fechado, o sistema nervoso não reflete especulativamente o mundo, o que também torna impossível a interação instrutiva com seres vivos. Uma consequência dessa teoria científica – que é uma consequência epistemológica – é o questionamento da objetividade e a abertura, para os cientistas, do *caminho explicativo da objetividade entre parênteses* e da construção do conhecimento em conversações (em espaço de intersubjetividade). O nome de Biologia do Conhecer (Maturana, 1997a) aponta exatamente para o fato de que nosso conhecer está inevitavelmente enraizado na nossa biologia.

Podemos concordar então com a afirmação de que esses cientistas (depois rotulados como construtivistas) focalizaram a estrutura biológica dos seres vivos, uma vez que nos ofereceram as evidências científicas para embasar nosso reconhecimento da impossibilidade de falarmos objetivamente do mundo devido à forma como somos biologicamente constituídos. Mas não podemos concordar com a afirmação de que descrevam a construção do conhecimento a partir de processos intrínsecos ao indivíduo, nem que o *locus* da construção do mundo esteja dentro da mente ou no interior do indivíduo, o qual constrói a realidade na sua cabeça. Não foi assim que esses cientistas conceberam o modo como os seres vivos humanos constroem o conhecimento. De fato, eles localizaram no indivíduo, na sua estrutura biológica, a impossibilidade da objetividade, mas essa foi apenas uma primeira evidência no caminho para a resposta à pergunta epistemológica. Como veremos adiante, uma segunda questão se refere à forma como se dá a construção do que nós (seres vivos humanos, seres vivos que vivemos na linguagem) tomamos como realidade, questão amplamente abordada no livro *A ontologia da realidade* (Maturana, 1997b).

Também o ciberneticista von Foerster (1991a) abordou a questão da impossibilidade da objetividade. Seus trabalhos vieram mostrar que não há como pensar o observador não fazendo parte do sistema que ele observa, ou seja, que o observador sempre faz parte do sistema com que trabalha. Mas precisamos entender em que sentido o observador faz parte, no sentido de que tudo o que ele vê e a forma como atua dependerão inevitavelmente das possibilidades contidas em sua estrutura, a qual, por sua vez, é resultado de sua história de interações com o meio, sua história de vida. Assim, von Foerster introduziu a expressão *sistema observante* (Foerster, 1991b; 1991c), ou sistema de observação, para se referir ao fato de que, a partir do momento em que o observador começa a observar um sistema, cria-se, instantaneamente, outro sistema que integrará a ambos e em que o observador se observará observando, ou seja, em que sua relação com o sistema que ele observa será também objeto de observação. A isso, von Foerster chama de "visão de 2ª Ordem". Decorre, então, a referência necessária ao observador, autorreferência ou reflexividade. Ele afirmou que "objetividade é a ilusão de que as observações podem ser feitas sem um observador" (Foerster, 1990). Reconhece-se ser impossível afastar ou colocar entre parênteses a subjetividade do cientista/profissional.

Evidenciar cientificamente a impossibilidade da objetividade não foi suficiente para responder à pergunta epistemológica "Como conhecemos o mundo?". Se nossa estrutura biológica não nos permite conhecer objetivamente o mundo, se nosso conhecimento não reflete especulativamente a realidade, então, como conhecemos? Essa é a pergunta que o construtivista Watzlawick (1990) colocou como subtítulo do livro *La realidad inventada: ¿cómo sabemos lo que creemos saber?*. É em resposta a essa pergunta que tanto construtivistas como construcionistas sociais não só postulam que nosso conhecimento é uma construção nossa, como fazem diferentes propostas para compreendermos como essa construção acontece.

Já vimos antes afirmações de construcionistas sociais dizendo que, para os construtivistas, o *locus* da construção do mundo está dentro da mente ou no interior do indivíduo, em processos intrínsecos ao indivíduo, o qual constrói a realidade na sua cabeça, como produto de mentes individuais, afirmações com que não podemos concordar. Não estão os construtivistas – assim como os construcionistas – demonstrando que toda a construção se passa ao nível da **linguagem** e enfatizando que é nesse espaço relacional (intersubjetivo) que se dá a construção do conhecimento? Não estão os construtivistas – como os construcionistas – tratando das conversações, das narrativas ou histórias, das diferentes versões, das coconstruções de realidades? Elkaim (1998) chama os construcionistas de "conversadores", mas também se refere ao modelo de Sluzki como "modelo conversacional/construtivista". Não é apenas para os construcionistas, mas também para os construtivistas, que o *locus* da construção do mundo está no interior das diversas formas de relação, sendo a realidade ou o conhecimento criado entre as pessoas um produto da interação social, ou seja, das conversações.

Quando Maturana iniciou sua apresentação numa "Conferência sobre Cognição", escrevendo no quadro "Tudo é dito por um observador" (necessariamente a partir de sua subjetividade), von Foerster pediu licença para completar com a frase "tudo que é dito é dito a outro observador" (necessariamente na conversação, no espaço intersubjetivo da interação social). Posteriormente, esse batizou a afirmação de Maturana de "teorema nº. 1 de Humberto Maturana" e a sua própria afirmação de "corolário nº. 1 de Heinz von Foerster". Ele também evidencia com muita clareza a conexão entre **o observador, a linguagem e a sociedade** (o texto, o significado, a relação) quando enfatiza que "entre os três se estabelece uma conexão não trivial, isto é, uma relação triádica fechada, em que não se pode dizer quem foi primeiro e quem foi último e em que se necessita dos três para ter cada um dos três" (Foerster, 1991b, p. 90). Nessa afirmação, von Foerster contempla, como essenciais na constituição do conhecimento, o indivíduo observador, suas relações interindividuais na linguagem e os significados linguísticos de suas experiências[7].

Reconhecendo que não somos apenas seres vivos, mas seres vivos de uma espécie que vive na linguagem, e que esse viver na linguagem nos distingue das demais espécies, Maturana (1997e) pontua que, no caso dos seres humanos, as interações na linguagem não são episódios esporádicos, mas constituem o modo de viver que vem sendo conservado pela espécie hominídea. Distinguimos humanos como seres sociais: dotados com a possibilidade da linguagem (no domínio da fisiologia) e vivendo em conversações (no domínio das interações), somos seres sociais porque somos de uma linhagem filogeneticamente constituída de seres de linguagem.

No texto "Ontologia do Conversar", Maturana (1997e) nos propõe compreender como vivemos na linguagem, como vivemos em conversações e define "conversação como o fluir entrelaçado do linguajar com o emocionar" – emocionar, que se localiza no nosso domínio fisiológico, e linguajar, que se localiza no nosso domínio relacional. Dependendo do modo como ocorre esse fluir entrelaçado, conversamos raivosamente, medrosamente, amorosamente... Bem-estar ou sofrimento dependem do conversar. É nesse domínio relacional que, concordando com Bateson (1972; 1979), ele localiza nossa mente, afirmando que *a mente está nas relações*[8].

Foi Bateson (1972; 1979) quem primeiro desenvolveu um conceito radical e novo de mente, capaz de superar a cisão cartesiana corpo/mente. Concebeu a mente como um fenômeno sistêmico característico dos seres vivos, uma característica relacional, vital: a unidade de sobrevivência é a mente. Por isso se reconhece que, para ele, a mente não está no cérebro, na caixa craniana ou em qualquer parte do corpo, mas nas relações.

Nosso viver na linguagem tem sido chamado também de viver em conversações, em comunicações. Interessante lembrar que o 1º axioma da Teoria da Comunicação Humana (Watzlawick, Beavin & Jackson, 1988, p. 45) explicita que *É impossível não*

7 Importante destacar que von Foerster tem diversos outros textos sobre o tema que estamos abordando aqui – alguns deles relacionando cibernética, linguagem e sociedade –, dentre outros: "Notas para una epistemología de los objetos vivientes" (1991/1972); "Pensamientos sobre el conocimiento" (1991/1969); "Desorden/orden: descubrimiento o invención?" (1991/1981). Outros construtivistas também abordam essas questões: Von Glasersfeld (1996) inclui em seu livro o texto "Sobre linguagem, significado e comunicação". Paul Watzlawick e Peter Krieg (1995) organizaram o livro *O olhar do observador*, reunindo textos de diversos autores construtivistas, como *Contribuições para uma teoria do conhecimento construtivista*, sendo esse o subtítulo do livro.

8 Importante destacar que Maturana tem diversos outros textos sobre o tema que estamos abordando aqui, dentre outros: "Emoções e linguagem na educação e na política" (1998a); "Linguagem e realidade: a origem do humano" (1998b); "Viver na linguagem" (1997g); "Biologia do psíquico: onde está a mente?" (1997d); "Biologia do fenômeno social" (1997c); "A linguagem, as conversações, as explicações científicas" (2001); "Realidade: a busca da objetividade, ou a procura de um argumento coercitivo" (1997f).

comunicar e que *é impossível não responder à comunicação*. Assim, distinguimos, como sistemas (sociais) humanos, conjuntos de seres humanos comunicando-se, interagindo, relacionando-se – linguajando, ou seja, constituindo um sistema linguístico.

Apesar de eu ter essa compreensão do construtivismo como pressuposto epistemológico já há bastante tempo – seja advindo da vertente mecanicista da Ciência dos Sistemas com a Cibernética de 2ª Ordem, seja advindo da vertente organicista da mesma Ciência com a Biologia do Conhecer –, constituindo-se como o 3º pressuposto integrante do Pensamento Sistêmico Novo-Paradigmático, só mais recentemente percebi o posicionamento de autores construcionistas sociais rejeitando explicitamente serem identificados como sistêmicos. E mais: observei como o adjetivo *sistêmico* foi tornando-se cada vez menos frequente nos artigos publicados na revista *Nova Perspectiva Sistêmica*. Precisamos ver então como construcionistas manifestam essa recusa ao construtivismo e ao pensamento sistêmico.

CONSTRUCIONISTAS AFASTAM-SE DO DOMÍNIO SISTÊMICO EM DIREÇÃO À HERMENÊUTICA

Elkaim (1998) descreve como alguns de nossos proeminentes terapeutas de família distanciaram-se do construtivismo para se aproximarem do construcionismo social. Diz ele: "Interessante traçar a maneira pela qual certos terapeutas familiares foram levados a se desligar do construtivismo para se voltar para o construcionismo social" (Elkaim, 1998, p. 232). Hoffman e Anderson teriam relatado a Elkaim que Goolishian se separou do construtivismo na década de 1980, em um evento na Noruega: Goolishian teria dito a Hoffman que tinha tido um insight, "acabava de compreender que a cibernética não era uma ciência da compreensão, mas sim uma espécie de engenharia baseada no controle, ele afirmou que a partir de então se convencera da necessidade de renunciar às analogias de tipo cibernético" (Elkaim, 1998, p. 233). Além disso, Anderson teria acrescentado um detalhe: ela própria, com Goolishian e Gergen, vinha se dedicando ao estudo dos autores construtivistas e se empenhava para que os dois corpos teóricos coexistissem como referências complementares, e foi só a partir do encontro na Noruega que "se separaram do movimento construtivista para se interessar pelo **construcionismo social**, pela ***hermenêutica*** e pelas teorias relativas às **narrativas**" (Elkaim, 1998, p. 233, grifos meus).

Respondendo à sua entrevistadora, Anderson (1994, p. 34, grifo meu) diz:

> várias pessoas já nos perguntaram, especificamente, quais são as similaridades e as diferenças das abordagens de outros grupos. Uma das diferenças é que Harry [Goolishian] e eu nos afastamos da Teoria de Sistemas Cibernéticos como uma teoria fundamental e nos dirigimos para as ***ciências hermenêuticas*** e para o construcionismo social. Teoricamente, essa é a mudança. Há indivíduos que trabalham do ponto de vista construtivista, outros que trabalham do ponto de vista construcionista e ainda alguns que trabalham sob o ponto de vista cibernético. Mas Harry e eu pensamos que, uma vez que **nos afastamos das noções construtivistas para o construcionismo social**, realmente começamos a mudar nossa posição.

Em artigo sobre as metáforas teóricas da terapia familiar, propondo-se a refletir sobre as diferentes lentes através das quais se tem constituído a história da terapia familiar, com ênfase especial nas metáforas teóricas utilizadas – "das metáforas sistêmicas e cibernéticas às hermenêuticas", Grandesso (1997, p. 18, 21, 23, grifo meu) diz que

> o que sucedeu no campo da terapia familiar, condizente com um enfoque pós-moderno, foi uma mudança dos modelos de terapia informados pela cibernética de 1ª Ordem para os condizentes com uma cibernética de 2ª Ordem e daí para os modelos dialógicos. As metáforas teóricas centrais constitutivas deste tipo de terapia dialógica passaram a ser mais as ***metáforas hermenêuticas*****,** tendo como palavras-chave: sistemas linguísticos, narrativa, conversação, diálogo, histórias, significado, cultura". [...] A ênfase, nesta perspectiva (pós-moderna) é colocada nas práticas discursivas usadas pelos teóricos, pesquisadores e clínicos [...] dentro de determinado domínio cultural e ideológico, [...] o que é viável como uma **hermenêutica dos fenômenos humanos** [...].

Interessante observar que a autora começa pontuando uma mudança dos modelos de terapia, dos modelos da Cibernética de 1ª Ordem para os modelos da Cibernética de 2ª Ordem, e destes últimos para os modelos dialógicos, cujas metáforas passam a ser hermenêuticas. Seu livro (Grandesso, 2000) tem como subtítulo *Uma análise epistemológica e hermenêutica da prática clínica*. Em diversos outros autores na área da terapia familiar, encontramos a explicitação dessa mudança de posição, dizendo que começaram ou que fizeram uma passagem pelo pensamento sistêmico, deixando-o, em seguida, para assumir o construcionismo social.

Com a publicação de um artigo intitulado "¿Dónde está la familia en la terapia familiar narrativa?", Minuchin (1998) desencadeou uma discussão com alguns outros terapeutas de família, publicando réplicas aos próprios comentários, finalmente respondendo-os. Ele começa contando que participou de um seminário sobre terapia familiar em que quatro terapeutas foram convidados para apresentar casos clínicos e achou estranho que dois deles tenham apresentado sessões em que era entrevistado apenas um membro da família e que, dizendo-se construcionistas e/ou narrativistas, tenham afirmado não ser necessário trabalhar com a família. Relata que procurou estudar mais sobre o construcionismo e sobre a terapia familiar narrativista e que ficou impressionado com a invisibilidade da família na prática narrativista. Entretanto, percebeu nada na teoria do construcionismo social que determinasse esse tipo de prática, em que a família (o sistema) está ausente.

Minuchin (1998, p. 18) considera que "a terapia narrativista se afastou dos princípios sistêmicos, a fim de ressaltar o contexto e a cultura". Comenta o trabalho de alguns desses terapeutas narrativistas: destaca que alguns, muito preocupados com a importância da cultura, desconsideram a importância da experiência familiar, enquanto outros caem na mesma desconsideração por se preocuparem mais com a riqueza da experiência individual do que com a experiência familiar. Aponta contribuições interessantes dos narrativistas, mas também perdas importantes ao se afastarem dos princípios sistêmicos. Em suas réplicas, os narrativistas respondem, com muita naturalidade, que seu foco está nas narrativas, nos significados, e não nos padrões de interação interpessoal. Aliás, Anderson (1994, p. 35) diz explicitamente: "nós, entretanto, estamos interessados nos membros da família individualmente, na história de cada um e no desenvolvimento das relações entre eles".

A esse respeito, penso que, mesmo para trabalhar com as narrativas, com o texto, com os significados, com a linguagem, num espaço relacional de intersubjetividade – em que se construa uma nova "realidade" pelos envolvidos –, precisamos da presença daqueles que estiverem *linguajando* (oferecendo uma ou mais narrativas) sobre a "realidade" tida como problemática. Só assim teremos o indivíduo, a linguagem e a sociedade, ou seja, o texto, o significado e as relações.

COMO CONSTRUCIONISTAS CONCEBEM O CONSTRUCIONISMO

Nos textos de autores que se definem como construcionistas sociais, encontramos diversos termos adjetivados com construcionista(s): movimento, perspectiva, abordagem, discurso, idioma, vocabulário, enfoque, olhar, perspectiva, ótica, referencial, lentes, ponto de vista, ideias, comunidade, sensibilidades, campo, leitura, postura, epistemologia, premissas, pressupostos, plataforma de sustentação, perspectiva teórica, teoria, aportes, práticas.

Apoiando-se em outros autores também construcionistas, Manfrim e Rasera (2016) apresentam o construcionismo social como um **movimento** que se organiza como um **discurso multifacetado** acerca do mundo e das relações sociais, e chamá-lo de movimento significa comprometer-se com a pluralidade, fluidez e mudança desse campo, entendendo que **não há um único construcionismo** social, mas maneiras de descrevê-lo que não são independentes dos contextos. Inserido em uma lógica pós-moderna e tendo como premissa básica a ideia da construção social do mundo, o construcionismo se compromete com a maneira como as pessoas em relação social descrevem e explicam o mundo e a si mesmas, e de que forma essas explicações constroem a realidade social.

Enquanto alguns autores descrevem genericamente o construcionismo social, há quem distinga entre "*dark construcionism*" e "*light construcionism*", ou proponha outras classificações que apontam para a diversidade inerente à literatura e à comunidade construcionista e ao caráter construído do próprio construcionismo social, indicando que não há um construcionismo, mas **vários construcionismos**. Construcionistas consideram o risco de, ao se afirmar um construcionismo, supor uma concepção fundacional – o que seria contraditório com a própria perspectiva –, propondo, então, optar-se pela afirmação da construção social (Rasera, Vieira Júnior & Guanaes-Lorenzi, 2019). Sobre a construção social da realidade, dizem Gergen e Gergen (2010, p. 20, 24) que

> tudo que consideramos real é resultado de uma construção social [...] os construcionistas sociais não dizem [...] "não há realidade"; a questão importante é que quando as pessoas definem o que é "realidade" sempre falam a partir de uma tradição cultural. Sem dúvida, alguma coisa aconteceu, mas, para descrever esse fato, é necessário que o mesmo seja representado a partir de um ponto de vista cultural particular – numa linguagem particular ou por intermédio de um meio visual ou oral particular. [...] Para o construcionista, a questão não é "nada existe", mas sim "nada existe para nós", ou seja: é a partir das nossas relações que o mundo se faz preenchido com o que nós concebemos como "árvores", "sol". [...] Começamos focalizando a linguagem, mas nossos interesses se ampliam rapidamente para incluir todas as formas de vida cultural.

Há autores considerando o construcionismo social como **base epistemológica** para práticas pós-modernas, dizendo, por exemplo, que a influência socio-construcionista se manifesta como base epistemológica para a terapia narrativa de White e Epstom e para a terapia colaborativa de Anderson e Goolishian (Britto & Germano, 2013), ou falando de uma terapia familiar de fundamentação epistemológica construcionista social (Doricci, Crovador & Martins, 2017). Outras vezes, o construcionismo social é apresentado como metateoria ou moldura metateórica: "o construcionismo social pode ser útil, porque não é uma teoria, mas uma **moldura metateórica –** uma teoria sobre teorias – e essa perspectiva permite que os estudantes usem outras teorias de uma maneira pragmática e flexível" (Rosas & Rapizo, 2011, p. 60, grifo meu).

Há também quem se refira ao construcionismo social como **perspectiva teórica** e como **referencial teórico-metodológico** (Rezende, 2011), e quem considere que

"o construcionismo social deve ser visto como um **vasto campo teórico** enriquecido por contribuições de várias partes do mundo com suas especificidades culturais" (Macedo, 2019, p. 13, grifo meu). Há também quem veja o construcionismo social como **plataforma de sustentação** para práticas colaborativo-dialógicas, ou como **inspiração** para um diálogo produtivo na construção de realidades mais humanizadoras (Grandesso, 2022). Importante destacar aqui como os construcionistas localizam o construcionismo social no campo da **Terapia,** por eles mesmos considerada como uma das áreas clássicas da **Psicologia** (Manfrim & Rasera, 2016).

Como autores de pesquisa sobre a difusão do construcionismo social no Brasil, Rasera, Vieira Junior e Guanaes-Lorenzi (2019, p. 37, p. 39, p. 42, grifo meu) escrevem:

> o construcionismo social é um movimento intelectual no campo da **Psicologia** que ganhou relevância a partir da década de 1990, sustentando uma perspectiva social do processo de produção do conhecimento". [...] No contexto brasileiro, o início da difusão do construcionismo social talvez possa ser marcado como tendo duas obras principais: **Terapia** como construção social [...] e Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano. [...] A pesquisa mostrou que mais da metade das dissertações e teses (total de 233 identificadas como construcionistas) produzidas a partir de 1997 se concentraram em programas de **Psicologia**.

No mesmo sentido, Souza (2014, p. 51) destaca que Gergen escreveu um famoso texto, dizendo que "na tentativa de encontrar respostas à **crise epistemológica** pela qual a disciplina da **Psicologia Social** passava, Gergen escreveu, em 1985, o artigo 'The social construcionist movement in modern psychology'", no qual ele apresenta os quatro pressupostos para uma investigação construcionista social sobre o mundo e sobre as pessoas. Importante destacar também como os construcionistas sociais **se apoiam na Filosofia** ou identificam **fundamentos filosóficos para suas práticas**. Além de terem explicitado sua preferência pela hermenêutica, em muitos momentos, explicitam sua opção pelo *domínio linguístico da Filosofia*. Anderson (2019, p. 260-261, grifo meu) diz que as

> [...] premissas orientadoras de perspectivas, que se entrelaçam entre o construcionismo social e a pós-modernidade, [são] compartilhadas por figuras fundantes como [os filósofos] Bakhtin, Merleau-Ponty, Vico e Wittgenstein. [...] É necessário ter um senso da filosofia do diálogo de Bakhtin [...] o dialogismo.

Em outro artigo, a mesma autora cita também os filósofos que fundamentam a terapia colaborativa: "entre outros **autores de base** nesse **movimento filosófico** estão Mikhail Bakhtin, Jacques Derrida, Hans George Gadamer, Jean François Lyotard, Richard Rorty, Lev Vygostsky e Ludwig Wittgenstein, para mencionar alguns" (Anderson, 2009, p. 38, grifo meu). McNamee (2008, p. 34, grifo meu) – coautora com Gergen do livro *Terapia como construção social* (1998) –, em artigo intitulado "Um estudo socioconstrucionista da expertise terapêutica", diz que

> a construção social é melhor compreendida como uma ***postura filosófica*** que um indivíduo assume e, portanto, nenhuma técnica em particular e conjunto de ações são prescritos. [...] Quando falamos de terapia como construção social, não estamos enfatizando uma técnica ou um método em particular, e sim uma **forma de se pensar** sobre o processo terapêutico.

Respondendo a uma pergunta sobre o papel do terapeuta, Anderson (1994, p. 36) afirma que

> frequentemente nos perguntam quais são as técnicas que usamos, no que concerne à abordagem de sistemas de linguagem. É difícil responder porque não penso em termos de técnica, mas sim numa forma de pensar sobre as coisas – é uma ***posição filosófica***. [...] Meu trabalho é respeitar e acreditar genuinamente no que o outro diz e fico mais interessada no comportamento, na atitude e nas ações.

Anderson afirma ainda que a ***posição filosófica*** é o coração e o espírito da abordagem colaborativa: uma forma de ser" (p. 41) e "[...] que a posição flui de um conjunto de ***ideias filosóficas*** que baseiam uma forma de ser em relacionamentos" (p. 50). Dá a um de seus textos o título "O coração e o espírito da terapia colaborativa: a postura filosófica – 'Uma forma de ser' no relacionamento e na conversação" (Anderson, 2007 *apud* Grandesso, 2009, p. 83, grifos meus). Essa autora considera "mais útil **pensar o diálogo como uma filosofia**, [...] como uma forma de conversação consigo mesmo ou com o outro, na qual pensamos e debatemos juntos a respeito de um assunto, trocando significados e compreensões" (Anderson, 2016, p. 49, grifo meu). Anderson (Anderson & London, 2012, p. 22, grifo meu) considera ainda que sua abordagem colaborativa

> [...] é baseada em uma colcha de retalhos de **pressupostos filosóficos práticos** [...] inclui pedaços de tecidos das **filosofias hermenêuticas pós-modernas** e contemporâneas e da construção social, bem como teorias dialógicas.

CIÊNCIAS HUMANAS, PSICOLOGIA E FILOSOFIA

Penso que podemos compreender a aproximação da Psicologia e das Ciências Humanas em geral com a Filosofia. Em *Um discurso sobre as ciências*, Santos (1988) distingue duas vertentes das Ciências Humanas. A primeira é a que buscou trabalhar conforme o paradigma das ciências naturais, por exemplo, na Psicologia, a abordagem comportamental ou Análise Experimental do Comportamento. A segunda vertente das Ciências Humanas, apesar de assumir uma postura antipositivista e de reivindicar estatuto epistemológico próprio, permaneceu subsidiária do modelo de racionalidade das ciências naturais. Segundo o autor, essa vertente permaneceu reconhecendo a visão tradicional de mundo, só que não para os fenômenos humanos, "não deixando de ser prisioneira do reconhecimento da prioridade cognitiva das ciências naturais" (Santos, 1988, p. 23), ou seja, apesar das dificuldades, atuaram no sentido de se manter no domínio da ciência.

Como já explicitei anteriormente (Esteves de Vasconcellos, 2018a), as Ciências Humanas buscavam o status de ciência, e o próprio Comte, que criou o termo *Sociologia* para se referir a essa ciência da sociedade humana, considerava que essa deveria seguir o exemplo das demais ciências positivas e desenvolver-se como uma *Física Social*. Essa ciência deveria então guiar-se pelo paradigma das ciências da natureza, único universalmente válido, admitindo o mesmo processo científico no domínio dos fenômenos naturais e no domínio dos fenômenos humanos: simplificando as complexidades, reduzindo os fatos sociais a seus componentes observáveis, buscando as regularidades para obter as leis de funcionamento da sociedade e, inclusive, usando metáforas da Física – espaço social como campo de *forças*, *resistência* à frustração, *equilíbrio* emocional, *pressão* grupal, *explosão* demográfica, *energia* mental, entre outras.

Parece, entretanto, que a dificuldade de objetivar constituiu-se como o maior problema, levando as Ciências Humanas a reivindicarem "estatuto epistemológico próprio". Segundo Morin (1997), desde que Descartes fez a separação entre o domínio do sujeito, reservado à Filosofia, e o domínio da coisa, reservado à Ciência, instalou-se uma disjunção entre uma cultura humanista, que não pode desenvolver um saber objetivo e uma cultura científica, que não pode refletir sobre si mesma.

As Ciências Humanas, tomadas como um ramo da ciência, viviam uma situação paradoxal: seu objeto é o sujeito do conhecimento, mas, para abordá-lo cientificamente, teriam que ignorar justamente sua característica de sujeito conhecedor (*res cogitans*) que o faria humano e tratá-lo como um objeto. Essas ciências resgatam, então, algumas convicções: de que existe uma distinção polar entre o ser humano e a natureza; de que os fenômenos humanos não se deixam captar pela objetividade, como acontece com os fenômenos naturais; de que o cientista social não pode libertar-se dos valores que informam sua prática. Estabelece-se, então, a ruptura entre ciências da natureza e ciências do homem.

Entretanto, com essa ruptura, esse cientista conhece uma natureza da qual ele não é parte, uma vez que a natureza humana seria de uma natureza diferente da natureza. Assim, se os objetos são de naturezas diferentes, também os métodos deverão ser diferentes. E, preservando a especificidade das Ciências Humanas, Dilthey propôs que o método das *ciências naturais* seria a explicação, baseada sempre numa causalidade eficiente, enquanto o método das *ciências hermenêuticas ou históricas* seria a compreensão ou a interpretação, implicando não só a causalidade teleológica quanto os esquemas valorativos. Então, a ciência explica a natureza e compreende o homem.

Mas, apesar de defensivos em relação ao paradigma da ciência vigente, os estudiosos das Ciências Humanas ficavam frequentemente ambivalentes, desenvolviam um complexo de inferioridade em relação às ciências da natureza e continuavam envidando esforços para imitar as *hard sciences*. Diante das dificuldades de trabalhar com os modelos de cientificidade disponíveis, esses cientistas muitas vezes recusaram como não científicos os fenômenos humanos que resistiam a essa abordagem. E, sendo frequentemente considerados como atrasadas em relação às ciências naturais, as Ciências Humanas costumam ser chamadas de *soft sciences*. Vivenciando, então, todas essas dificuldades e reconhecendo que só à Filosofia é dada a elaboração de *teorias (filosóficas) sobre o sujeito do conhecimento*, os cientistas sociais, estudiosos das Ciências Humanas muitas vezes se aproximaram da Filosofia, afastando-se da Ciência.

Parece muito importante ressaltar aqui que as Ciências Humanas aqui referidas acreditaram que a dificuldade da objetividade se deve à natureza de seu objeto de estudo, o ser humano. Todavia, hoje se sabe que, como vimos antes, a impossibilidade da objetividade deve-se às características biológicas do sujeito do conhecimento, o observador. Como observadores ou sujeitos do conhecimento, não podemos falar objetivamente do que observamos, seja o mundo físico, seja o mundo biológico, seja o mundo social, e, consequentemente, reconhecemos que todo o nosso conhecimento – teórico ou prático – é construído em conversações, em espaços de interação social, ou seja, coconstruído.

CONSTRUTIVISMO E CONSTRUCIONISMO SOCIAL: DOMÍNIOS LINGUÍSTICOS DIFERENTES

Parece, então, que pensar construtivismo e construcionismo social remete-nos a diferentes domínios linguísticos, o da Ciência e o da Filosofia. A noção de domínio linguístico decorre exatamente do reconhecimento da inexistência da realidade independente de um observador e da emergência da(s) realidade(s) em conversações, em espaços de intersubjetividade. Assim, reconhecemos que, conversando, constituímos

diferentes domínios linguísticos (Filosofia, Ciência, Religião, Direito, ...), cada um com diferentes critérios para validação das suas afirmações. Por exemplo, a noção de religião refere-se a grupos de pessoas que conversam usando como critério de validação de suas afirmações a *verdade revelada* que se encontra nos livros sagrados.

Em texto intitulado "Teorias científicas e filosóficas: os cientistas e os filósofos", Maturana (2001) aborda a questão das diferenças entre o trabalho de cientistas e filósofos. Além de identificar diferenças, o autor também nos sugere refletir sobre as consequências do uso dessas diferentes teorias no domínio das ações humanas. Seguindo as colocações de Maturana, veremos como esses grupos constituem diferentes domínios linguísticos. Embora ambos estejam interessados em entender e explicar as experiências humanas, cientistas e filósofos diferem quanto ao que aceitam como uma explicação ou teoria satisfatória.

Enquanto o cientista, vivendo na paixão por explicar, começa com uma experiência que ele toma como um fenômeno a ser explicado, o filósofo, vivendo na paixão por refletir, começa com um conjunto de premissas e procede explicando suas experiências e o mundo por meio da aplicação dessas premissas. O cientista atua sem perder de vista os fenômenos a serem explicados, sem conservar qualquer princípio ou valor e sempre disposto a deixar que mudem todas as noções ou os conceitos que precisem ser mudados para que o fenômeno seja explicado. Por exemplo, Einstein gerou a Teoria da Relatividade à medida que permitiu que noções clássicas de espaço, distância e tempo fossem alteradas.

Importante destacar que, no *domínio linguístico da Ciência*, temos hoje dois grupos de cientistas conversando com diferentes critérios para validação do conhecimento. Os cientistas tradicionais conversam baseando-se nas evidências encontradas pelos pesquisadores, ou seja, a *verdade demonstrada* por estudos rigorosamente conduzidos e replicados, que eles acreditam ser objetivos e confiáveis, e os cientistas novo-paradigmáticos, que tomam como critério a *verdade coconstruída* pelos envolvidos em determinadas interações/conversações. Entretanto, atendendo às condições apontadas por Maturana (1997f) para que ainda assim sejam possíveis explicações científicas, ambos mantêm-se no *domínio linguístico da Ciência*.

Por outro lado, o filósofo atua sem perder de vista os resultados desejados, valores e princípios fundamentais que ele quer conservar e os quais ele mantém como intrinsecamente válidos, sem gerar argumentos que neguem os princípios, assim evitando o que possa requerer revisão dos princípios. Por exemplo, Popper, ao avaliar o que os cientistas fazem na prática da ciência, toma a existência de uma realidade objetiva, embora inacessível, como um princípio cuja conservação gera toda a sua teoria, na qual ele usa a realidade como um princípio explicativo a priori.

Maturana (2001, p. 168) considera que o fato de alguns usarem teorias científicas e outros teorias filosóficas não é um problema em si mesmo:

> o que é uma fonte de problemas nas relações humanas é o nosso uso de teorias filosóficas ou científicas para justificar nossa tentativa de forçar os outros a fazerem o que eles não querem fazer, sob a alegação de que nossas teorias provam que estamos corretos ou que conhecemos a verdade, enquanto eles estão errados ou são ignorantes.

Como acabamos de ver, os próprios construcionistas estão definindo seu trabalho como de natureza filosófica, posicionando-se, então, no *domínio linguístico da Filosofia*, enquanto os construtivistas, desde o início, se posicionaram no *domínio linguístico da Ciência*, tendo, como autores de referência, os ciberneticistas von Foerster, von Glaserfeld, Watzlawick, o antropólogo Bateson e os biólogos Maturana e Varela. Então, a diferença entre construtivismo e construcionismo social, originalmente apontada

como sendo uma diferença de acento ou no indivíduo, ou no social, revela-se como uma falsa dicotomia, uma vez que, como ficou evidente, também os construtivistas estão tomando como fundamentais, na explicação de como conhecemos e de como construímos o que tomamos como realidade, as interações sociais e a linguagem. Mais recentemente, com o explícito movimento dos construcionistas sociais em direção à Filosofia e à hermenêutica, evidencia-se que a dicotomia está, de fato, entre os domínios linguísticos constituídos: pelos construtivistas, o *domínio linguístico da Ciência* e, pelos construcionistas sociais, o *domínio linguístico da Filosofia*.

Lembrando que, como vimos, o próprio Gergen aborda essa questão da diferença entre construtivismo e construcionismo social, dizendo que os dois termos não são intercambiáveis e que, visando-se à coerência e à clareza, convém manter essa distinção. Embora sem usar a noção de domínios linguísticos, ele diz que "existe uma profunda e importante diferença nos **contextos intelectuais em que esses termos vêm se nutrindo** e em suas consequências epistemológicas e práticas" (Gergen, 1996, p. 92, grifo meu).

Podemos agora compreender o porquê de os construcionistas não estarem falando de sistemas, nem privilegiando o trabalho com o sistema. A noção de sistema foi desenvolvida no *domínio linguístico da Ciência* – seja na vertente mecanicista da Ciência dos Sistemas pela Teoria Cibernética de Wiener, seja na vertente organicista da mesma Ciência pela Teoria Geral dos Sistemas de Bertalanffy –, não sendo incorporada pela Filosofia.

Finalizando, quero explicitar e enfatizar que não considero que haja superioridade de um domínio linguístico em relação a outros: considero que são diferentes e que precisaremos sempre ter clareza quanto ao domínio em que nos movemos, para não fazermos confusão entre eles – mantendo-se coerente com as noções do domínio escolhido, sem tentar levar noções de um para outro domínio linguístico – e não nutrirmos expectativas de que questões de um domínio possam ser levadas para serem respondidas em outro domínio. Também considero que práticas profissionais, ou não profissionais, desenvolvidas em diferentes domínios – da Filosofia, da Ciência, da Religião – podem ser benéficas para as pessoas envolvidas.

Parafraseando Maturana, quando diz que a escolha de um dos caminhos explicativos – ou o *caminho explicativo da objetividade,* ou o *caminho explicativo da objetividade entre parênteses* – é uma escolha que se faz na emoção da aceitação, digo que a escolha entre um dos domínios linguísticos – ou o *domínio científico do construtivismo,* ou o *domínio filosófico do construcionismo social* – será uma escolha que se fará na emoção da aceitação. Com essa compreensão, respeitaremos os que tenham optado por um domínio que não o nosso, legitimando-os nos nossos espaços de convivência.

REFERÊNCIAS

Anderson, H. (1994). [Entrevista cedida a] Helena Braz. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 3 (5), 34-39.

Anderson, H. (2016). Algumas considerações sobre o convite ao diálogo. *Nova Perspectiva Sistêmica,* 25 (56), 49-54.

Anderson, H. (2019). Prática colaborativo-dialógica: uma orientação para maneiras de ser e vir a ser com outros convidando o potencial para generatividade e transformação. In: Grandesso, M. (Org.). *Construcionismo social e práticas colaborativo--dialógicas: Contextos de Ações Transformadoras* (259-260). Curitiba: Editora CRV.

Anderson, H., & London, S. (2012). Aprendizado colaborativo: ensino de professores por meio de relacionamentos e conversas. *Nova Perspectiva Sistêmica,* 21 (43), 22-37.

Bateson, G. (1972). *Steps to an ecology of mind*. 6. ed. New York: Ballantine Books.

Bateson, G. (1979). *Mind and nature. A necessary unit*. New York: Bantam.

Britto, R. M. M., & Germano, I. M. P. (2013). Terapia narrativa e abordagem colaborativa: contribuições do construcionismo social para a clínica pós-moderna. *Nova Perspectiva Sistêmica,* 22 (47), 57-73.

Doricci, G. C., Crovador, L. F., & Martins, P. P. S. (2017). O especialista relacional na terapia familiar de fundamentação epistemológica construcionista social. *Nova Perspectiva Sistêmica,* 26 (59), 37-51.

Elkaim, M. (1996). Hacia donde va la Terapia Sistémica?: Construtivismo y Construcionismo Social. *Perspectivas Sistémicas*, s. l., 9 (42), 3-5.

Elkaim, M. (1998). Construtivismo, construcionismo social e técnicas narrativas: limites da teoria sistêmica? In: Elkaim, M. (Org.). *Panorama das terapias familiares* (225-251). São Paulo: Summus.

Esteves de Vasconcellos, M. J. (1992). *As bases cibernéticas da terapia familiar sistêmica. Contribuições à precisão do quadro conceitual*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Esteves de Vasconcellos, M. J. (1995a). Contextualización de la terapia construccionista en el cuadro de la ciencia nuevo-paradigmática. Simpósio "Construcción social de la terapia". In: *Congreso Interamericano de Psicología,* 25, San Juan, Puerto Rico.

Esteves de Vasconcellos, M. J. (1995b). Os novos conceitos-chave em terapia familiar. Painel com Cloé Madanes, Lynn Hoffman, Adela García, Maria José Esteves de Vasconcellos e Paul Watzlawick. In: *Conferência Desenvolvimentos em Psicoterapia Familiar*. São Paulo: Editorial Psy II.

Esteves de Vasconcellos, M. J. (1995c). *Terapia familiar sistêmica. Bases cibernéticas*. Campinas: Editorial Psy II.

Esteves de Vasconcellos, M. J. (1997a). Contextualizando as propostas construtivistas/construcionistas sociais no contexto da ciência novo-paradigmática. In: *International Symposium on Autopoiesis*: *Biology, Cognition, Language and Society.* Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais.

Esteves de Vasconcellos, M. J. (1997b). Contextualizando o construtivismo no quadro da ciência novo-paradigmática. *Nova Perspectiva Sistêmica,* 6 (10), 37-47.

Esteves de Vasconcellos, M. J. (1999). Setting Constructivism/Social Constructionist Proposals in the context of the new-paradigmatic science. *Human Systems: The Journal of Systemic Consultation & Management*, 10 (1), 25-34.

Esteves de Vasconcellos, M. J. (2004). Implicações do 'pensamento sistêmico novo-paradigmático': a questão da dicotomia 'terapia familiar sistêmica'/'terapia familiar narrativista'. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 13 (24), 7-13.

Esteves de Vasconcellos, M. J. (2018a). *Pensamento Sistêmico. O novo paradigma da ciência.* (11. ed.) Campinas – SP: Editora Papirus. (Original publicado em 2002).

Esteves de Vasconcellos, M. J. (2018b). Pensando sistemicamente o contexto de ensino-aprendizagem. In: Esteves, O. A. (Org.). *Engenharia de Energia da PUC-Minas: Uma iniciativa audaciosa de ensino* (127-181). Belo Horizonte: Editora PUC-Minas.

Esteves de Vasconcellos, M. J. (Org.) (2025). *Metodologia de Atendimento Sistêmico. Design de práticas colaborativas novo-paradigmáticas*. Curitiba: Appris Editora.

Foerster, H. von (1991a). A propósito de epistemologías. In: Pakman, M. (Org.). *Las semillas de la cibernetica. Obras escogidas de Heinz von Foerster* (94-100). Barcelona: Editorial Gedisa. (Original em inglês publicado em 1985).

Foerster, H. von (1991b). Cibernetica de la cibernetica. In: Pakman, Marcelo (Org.). *Las semillas de la cibernetica. Obras escogidas de Heinz von Foerster* (89-93). Barcelona: Editorial Gedisa. Original inglês, 1974.

Foerster, H. von (1991c). Desorden/orden: Descubrimiento o invención? In: Pakman, M. (Org.). *Las semillas de la cibernetica. Obras escogidas de Heinz von Foerster* (109-121). Barcelona: Editorial Gedisa. Original, 1981.

Foerster, H. von (1990). Construyendo una realidad. In: Watzlawick, Paul (Org.). *La realidad inventada. Como sabemos lo que creemos saber?* (38-56). Buenos Aires: Gedisa. (Original em inglês publicado em 1973).

Gergen, K. J. (1996). *Realidades y Relaciones. Aproximaciones a la construcción social*. Barcelona/Buenos Aires/México: Paidós. (Original em inglês publicado em 1994).

Gergen, K. J., & Gergen, M. (2010). *Construcionismo social: Um convite ao diálogo*. Rio de Janeiro: NOOS. (Original em inglês publicado em 2004).

Glasersfeld, E. von. (1996). *Construtivismo radical. Uma forma de conhecer e aprender*. Lisboa: Instituto Piaget. (Original em inglês publicado em 1995).

Grandesso, M. A. (1997). Dialogando sobre teorias: as metáforas teóricas da terapia familiar. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 6 (10), 18-23.

Grandesso, M. A. (2000). *Sobre a reconstrução do significado. Uma análise epistemológica e hermenêutica da prática clínica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Grandesso, M. A. (2022). [Correspondência]. Mensagem de e-mail, convidando para lançamento de livro, enviada em 23 jun.

Hoffman, L. (1990). Constructing realities: an art of lenses. *Family Process,* 29 (1), 1-12.

Macedo, R. M. S. (2019). Prefácio. In: Grandesso, M. (Org.). *Construcionismo social e práticas colaborativo-dialógicas:* Contextos de ações transformadoras (13-15). Curitiba: Editora CRV.

Manfrim, A. F. N., & Rasera, E. (2016). Diálogos entre o discurso construcionista social e a terapia social. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 25 (56), 34-38.

Maturana, H. (1997a). A biologia do conhecer: suas origens e implicações. In: Maturana, H. *A ontologia da realidade* (31-52). Belo Horizonte: Editora UFMG. (Original publicado em 1990).

Maturana, H. (1997b). *A ontologia da realidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Maturana, H. (1997c). Biologia do fenômeno social. In: Maturana, H. *A ontologia da realidade* (195-209). Belo Horizonte: Editora UFMG. (Original publicado em 1985).

Maturana, H. (1997d). Biologia do psíquico: Onde está a mente? In: Maturana, H. *A ontologia da realidade* (107-121). Belo Horizonte: Editora UFMG. (Original publicado em 1991).

Maturana, H. (1997e). Ontologia do conversar. In: Maturana, H. *A ontologia da realidade* (167-181). Belo Horizonte: Editora UFMG. (Original em espanhol publicado em 1988).

Maturana, H. (1997f). Realidade: A busca da objetividade, ou a procura de um argumento coercitivo. In: Maturana, H. *A ontologia da realidade* (243-325). Belo Horizonte: Editora UFMG. (Original em inglês publicado em 1988).

Maturana, H. (1997g). Viver na linguagem. In: Maturana, H. *A ontologia da realidade* (327-347). Belo Horizonte: Editora UFMG. (Original publicado em 1990).

Maturana, H. (1998a). *Emoções e linguagem na educação e na política*. Belo Horizonte: Editora UFMG. (Original em espanhol publicado em 1990).

Maturana, H. (1998b). Linguagem e realidade: a origem do humano In: Maturana, H. *Da biologia à psicologia* (95-101). Porto Alegre: Artes Médicas. (Original em inglês publicado em1989).

Maturana, H. (2001). Teorias científicas e filosóficas: os cientistas e os filósofos. In: Maturana, H. *Cognição, ciência e vida cotidiana* (161-172). Belo Horizonte: Editora UFMG. (Original em alemão publicado em 1988).

Maturana, H., & Varela, F. (1995). *A árvore do conhecimento. As bases biológicas do entendimento humano*. Campinas: Editorial Psy. (Original em espanhol publicado em 1983).

McNamee, S. (2008). Um estudo socioconstrucionista da expertise terapêutica. *Nova Perspectiva Sistêmica,*16 (31), 34-43.

Minuchin, S. (1998). ¿Dónde está la familia en la terapia familiar narrativa? *Sistemas Familiares,* 14 (3), 1-18.

Morin, E. (1997). *Introducción al pensamiento complejo*. 3. ed. Barcelona: Gedisa. (Original em francês publicado em 1990).

Pakman, M. (Org.). (1991). *Las semillas de la cibernética. Obras escogidas de Heinz von Foerster.* Barcelona: Gedisa Editorial.

Pakman, M. (2003). Conhecimento disciplinar, pós-modernismo e globalização: uma chamada a "virada reflexiva" de Donald Schön para as profissões de saúde mental. *Nova Perspectiva Sistêmica,* 12 (22), 7-31.

Rasera, E. F., Vieira Júnior, E. N., & Guanaes-Lorenzi, C. (2019). A difusão do Construcionismo Social no Brasil: análise das produções de teses e dissertações. In: Grandesso, M. A. (Org.). *Construcionismo social e práticas colaborativo-dialógicas: Contextos de Ações Transformadoras* (37-55). Curitiba: Editora CRV.

Rezende, P. C. M. (2011). Aprendendo o construcionismo social: as conversas internas de uma terapeuta em formação. *Nova Perspectiva Sistêmica,* 20 (39), 70-84.

Rosas, E. V., & Rapizo, R. (2011). Construcionismo social e a formação de terapeutas: em busca de coerência. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 20 (41), 54-64.

Santos, B. S. (1988). *Um discurso sobre as ciências*. 2. ed. Porto: Edições Afrontamento. (Original publicado em 1985).

Sluzki, C. (1991). Presentación. In: Pakman, M. *Las semillas de la cibernética. Obras escogidas de Heinz von Foerster*. Barcelona: Editorial Gedisa.

Souza, L. V. (2014). Discurso construccionista social: uma apresentação possível. In: Guanaes-Lorenzi, C., Moscheta, M. S., Corradi-Webster, C. M., & Souza, L. V. *Construcionismo social: discurso, prática e produção de conhecimento* (49-72). Rio de Janeiro: NOOS.

Strathern, P. (1998). *Einstein e a relatividade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Original em inglês publicado em 1997).

Watzlawick, P., Beavin, J. H., & Jackson, D. D. (1988). *Pragmática da comunicação humana. Um estudo dos padrões, patologias e paradoxos da interação*. São Paulo: Cultrix. (Original em inglês publicado em 1967).

Watzlawick, P. *et al*. (1990). *La realidad inventada. Como sabemos lo que creemos saber?* Buenos Aires: Gedisa. (Original em alemão publicado em 1981).

Watzlawick, P., & Krieg, Peter (Orgs). (1995). *O olhar do observador. Contribuições para uma teoria do conhecimento construtivista.* Campinas – SP: Editorial Psy. (Original em alemão publicado em 1991).

Wittgenstein, L. (1968). *Tratactus logico-philosophicus.* São Paulo: Companhia Editora Nacional / Editora da Universidade de São Paulo. (Original alemão publicado em 1921).

Wittgenstein, L. (1979). *Investigações filosóficas*. São Paulo: Abril Cultural (Os Pensadores). (Original alemão publicado em 1953).

MARIA JOSÉ ESTEVES DE VASCONCELLOS

Palestrante, Consultora e Professora. Autora de Pensamento Sistêmico. O novo paradigma da ciência (2002, 11a edição 2018). Organizadora e autora de Metodologia de Atendimento Sistêmico. Design de Práticas Colaborativas Novo-Paradigmáticas (2025).
www.mariajoseesteves.com.br
Email: estevasc@hotmail.com
https://orcid.org/0009-0002-0103-1282